



O Fim do Fed: Por que Acabar com o Banco Central?

Ron Paul

Tradução de Bruno Garschagen e Mônica Magalhães

São Paulo: É Realizações, 2011. (240 páginas)

ISBN: 978-85-8033-061-8

Discussões sobre política monetária que vão muito além de seus efeitos óbvios sobre a inflação, câmbio e juros são tidas, via de regra, como muito enfadonhas para o público leigo em Economia. Uma exceção notável a essa regra é o movimento “anti-Fed”, o qual clama pelo encerramento das atividades do Federal Reserve (Fed), nome pelo qual é conhecido o banco central norte-americano. Esse movimento foi criado e liderado pelo deputado republicano Ron Paul, autor do livro *O Fim do Fed – Por que Acabar com o Banco Central*.

Pouco conhecido no Brasil, Ron Paul foi o pai intelectual do Tea Party, movimento político que agrega libertários e conservadores norte-americanos na luta em prol da redução do tamanho do Estado e contra seu excessivo intervencionismo na vida dos cidadãos. Duas vezes pré-candidato à presidência pelo Partido Republicano (em 2008 e 2012) e uma vez candidato ao mesmo cargo pelo pouco expressivo Partido Libertário (1988), Paul revelou uma admirável capacidade de atrair entusiastas de suas ideias, especialmente entre os mais jovens. É justamente aos seus jovens seguidores que Paul dedica seu livro *O Fim do Fed*, no qual busca fundamentar e divulgar sua tese de que o banco central norte-americano deveria ser abolido. O título do livro se origina no grito de guerra incessantemente repetido pelos seus seguidores durante suas campanhas: “*End the Fed!*”.

Mas por que alguém iria querer fechar o Fed? Para responder a essa pergunta, Paul apresenta argumentos morais, constitucio-

nais, econômicos e libertários. Para ele, não se pode dizer que aqueles que orquestram e se beneficiam da inflação sejam pessoas moralmente superiores a meros falsificadores. Seguindo Murray N. Rothbard (1926-1995), Paul enxerga a expansão monetária sem lastro como sendo moralmente equivalente à falsificação de moeda – a única diferença entre ambas as atividades é que os falsificadores não são vistos com bons olhos, ao passo que os banqueiros centrais são frequentemente tidos como legítimos defensores do interesse público.

Paul aponta que a Décima Emenda é bem clara ao dizer que quaisquer poderes que não sejam “delegados aos Estados Unidos pela Constituição” simplesmente não existem e observa que não há qualquer referência a um banco central na Constituição norte-americana. Não bastasse isso, na mesma constituição também está escrito que apenas o ouro e a prata poderiam constituir moedas de curso legal. A conclusão, para Paul, é inevitável: o Fed é uma instituição inconstitucional. Fazendo uma breve análise da história norte-americana desde os debates entre Alexander Hamilton (1755-1804) e Thomas Jefferson (1743-1826) no final do século XVIII até a fundação do Fed em 1913, Paul expõe as decisões judiciais da Suprema Corte que permitiram que o banco central norte-americano fosse criado, apesar da natureza de tal instituição ser totalmente oposta ao espírito da Constituição dos Estados Unidos.

Banco central – argumenta Paul – implica em planejamento central; não passa de

socialismo aplicado à moeda, ao crédito e à fixação de taxas de juros. E o socialismo, como bem mostrou Ludwig von Mises (1881-1973), é um sistema fadado ao fracasso. Um *boom* econômico insustentável é criado pela fixação da taxa de juros a um nível abaixo do que ocorreria num livre mercado. Esse *boom* é seguido por uma recessão, na qual são realizadas as dolorosas, porém necessárias correções das distorções perpetradas no período anterior. De forma resumida, essa é a explicação de Paul para crises como a de 1929 e a de 2008. Para ele, esse tipo de crise não ocorreria num livre mercado com moeda sólida – e tal configuração institucional é a antítese do sistema monopolista e inflacionário comandado pelo banco central.

Por fim, todos aqueles que se preocupam em proteger a liberdade deveriam ser favoráveis ao fim do Fed, pois a existência de um banco central permite e incentiva a expansão do poder estatal – e, conseqüentemente, a redução das liberdades individuais. Por intermédio da expansão da oferta de moeda, o governo pode furtivamente retirar recursos da população, sem precisar recorrer aos impopulares aumentos de alíquotas de impostos. Um exemplo recorrente no livro é a relação entre bancos centrais e guerras. Paul é incisivo: “Não é coincidência que o século da guerra total coincida com o século do banco central”. Na época em que os governos tinham de financiar as próprias guerras sem poderem recorrer à impressora de papel moeda, eram obrigados a economizar recursos e, quando os mesmos estavam demasiadamente escassos, buscavam soluções diplomáticas para os conflitos.

Num trecho inusitado, Paul aponta a grande similaridade entre uma passagem bíblica e a história contada pela Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos. Teria dito Jesus: “*Quem de vós, com efeito, querendo construir uma torre, primeiro não se senta para calcular as despesas e ponderar se tem com que terminar? Não aconteça que, tendo colocado o alicerce e não sendo capaz de acabar, todos os que virem comecem a caçoar dele*” (Lc 14, 28-29). Tal passagem

certamente não mostra que Jesus era um austríaco, até porque tal afirmação seria de um anacronismo atroz. Ela é, porém, uma instância reveladora de como a Teoria Austríaca dos Ciclos – por de trás das aparentemente complicadas análises da estrutura do capital e da articulação entre taxas de juros natural e de mercado – não passa do resultado direto da aplicação do bom senso às questões do capital e do processo produtivo.

Também bastante interessantes são as seções do livro em que Paul relata as conversas que teve, ao longo de sua longa carreira de deputado, com os diferentes presidentes do Fed. Como quando da vez em que Paul pediu a Alan Greenspan que autografasse um artigo em defesa do ouro que esse último havia escrito quando era associado ao círculo objetivista de Ayn Rand (1905-1982) na década de 1960. Greenspan prontamente atendeu ao pedido e assinou o artigo. Paul, então, o perguntou se ele gostaria de fazer alguma retificação em relação ao conteúdo do artigo, ao que Greenspan surpreendentemente (e de forma bastante contraditória) respondeu que não mudaria uma única palavra do que ali estava escrito.

Em outra ocasião, em julho de 2007, quando Ben Bernanke já havia assumido a presidência do Fed, Paul teve a oportunidade de sabatiná-lo no Congresso, aproveitando a oportunidade para expressar sua preocupação em relação ao futuro do dólar e da economia norte-americana. Em sua resposta, Bernanke frisou que esperava um futuro radiante de crescimento e sem obstáculos à vista. Isso a duas semanas da quebra do Bear Sterns e a um ano da quebra geral do sistema financeiro norte-americano.

Não há grande originalidade nos argumentos apresentados por Paul em defesa do fim do Fed. Praticamente todos foram retirados dos escritos dos autores que foram suas grandes influências intelectuais – basicamente economistas adeptos da Escola Austríaca e filósofos libertários como Ludwig von Mises, Murray N. Rothbard, F. A. Hayek (1899-1992), Henry Hazlitt (1894-1993) e Hans F. Sennholz (1922-

2007). O grande mérito de Ron Paul reside na forma concisa e clara com que os argumentos são apresentados. Aliando-se isso às cuidadosas notas de rodapé introduzidas pelos tradutores, visando a contextualização da realidade norte-americana ao leitor brasileiro, tem-se um livro bastante acessível ao público leigo.

Para aqueles que desejem se aprofundar no tema, no final do livro há uma ótima lista de leituras indicadas por Ron Paul. Talvez só possamos lamentar a falta de versões em português para a maioria absoluta dos textos recomendados, além da ausência de indicações de trabalhos de outros importantes apoiadores do fim do Fed: os defensores do *Free Banking* como Lawrence H. White e George A. Selgin. Sobre o tema de teoria monetária, Paul praticamente limita-se à indicação de trabalhos de autores adeptos ao padrão ouro e contrários ao sistema bancário de reservas fracionárias, provavelmente por ter mais familiaridade e afinidade com as ideias dessa literatura.

As propostas que Paul apresenta em sua conclusão são claras e radicais: o poder de

emissão de moeda do governo deve ser abolido (ou, se politicamente possível, um padrão ouro deve ser reinstituído) e o monopólio governamental da moeda deve ser quebrado, permitindo-se a criação de moedas privadas concorrentes. Sabendo, no entanto, da inviabilidade política imediata de suas propostas, propõe uma série de passos intermediários mais facilmente alcançáveis. A remoção da autoridade do Fed de monetizar dívidas e a permissão de auditoria das contas do Fed, diz Paul, seriam passos importantes na direção de um sistema monetário mais sólido.

Para um brasileiro, é difícil ler *O Fim do Fed* e não pensar como o surgimento de um Ron Paul verde e amarelo ainda é uma realidade bastante distante. No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, é muito difícil encontrar políticos que defendam, mesmo que seja só da boca para fora, o valor do livre mercado. O movimento libertário brasileiro cresce rapidamente, mas ainda é demasiadamente pequeno. Quem sabe, na próxima geração, não veremos passeatas de jovens brasileiros entusiasticamente clamando: "Fim do Bacen!". ∞

Gabriel Oliva C. Cunha

Graduando em Economia pela Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP)

gabriel.cunha@usp.br